



colecção PARLAMENTO

DICIONÁRIO DE
HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO
REPUBLICANISMO
VOLUME II: F-M

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DA I REPÚBLICA E DO REPUBLICANISMO VOLUME II: F-M



H6.
87572

FICHA TÉCNICA

Título Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Volume II – F-M

Coordenação científica

Ana Paula Pires (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Carlos Cordeiro (Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores)

David Luna de Carvalho (Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE)

Ernesto Castro Leal (Centro de História da Universidade de Lisboa)

Hélder Adegar Fonseca (NICPRI – Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais)

Manuel Loff (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Paulo Fontes (Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa)

Rui Ramos (Instituto de Ciências Sociais)

Vitor Neto (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra)

Coordenação geral

Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Edições Assembleia da República

Revisão e índices Assembleia da República – Divisão de Edições (Conceição Garvão, Fernando Sequeira, Maria da Luz Dias, Noémia Bernardo, Paula Crespo, Susana Oliveira, Teresa Fonseca)

Capa e design Nuno Timóteo

Paginação e pré-impressão Textype e Ana Rita Charola

Impressão Positive

Tiragem 300 exemplares

ISBN 978-972-556-556-8 (obra completa)

ISBN 978-972-556-558-2 (volume II)

Depósito legal 533 996/24

Lisboa, abril 2014 (1.ª edição)

Lisboa, junho 2024 (2.ª edição)

© Assembleia da República

Direitos reservados nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2008, de 30 de julho.

www.parlamento.pt

não-ainda-realizado na sua consumação, o triunfo distópico do horror e a industrialização da morte nas diversas tentativas históricas desse século – também, contra as utopias, as que se executaram em nome do «homem superior» que germinaria da guerra e do extermínio (Jünger) – não desmentiu que agiam em nome da demonstração «científica» de utopias e ucronias. O que desaconselha a reconstituição *instante* duma ontologia nova para uma onticidade inscrita, afinal, numa historicidade demasiado «duradoura». O Homem novo é o *inesperado*: «Só tens de certo o nada do presente», lembrou Pessoa. É sobre essa incerteza (que é criativa) que as filosofias e as narrativas utópicas, de todos os tempos, trabalham. Não cessou a tarefa da Sísifo. «Força é», escrevera Antero nos *Sonetos*, partir pedra e «Lançar o arco de outra nova ponte // Por onde a alma passe».

Prometeu ensinara o filho, Deucalião, a evitar o grande dilúvio que Zeus enviará para supliciar a estirpe dos mortais. Resta saber se Deucalião assimilou a lição e se estes, tal como Rafael Hitlodeu, estudam filosofia e navegação ou outras formas novas de reinventar a «invenção recente» sem a degradar em totalidades absurdas.

Bibliografia: BACZKO, Bronislaw, «Former l'homme nouveau. Utopie et pédagogie pendant la Révolution française», *Libre*, n.º 8, 1980, p. 89-132 (e *ID.*, *Lumières de l'Utopie*, Paris, Payot, 1978); *ID.*, «Utopia», Enciclopédia Einaudi, vol. 5, *Antropos – Homem*, Lisboa, INCM, 1985, p. 333-396; MORUS, Th., *Utopia*, ed. crítica, E. GARCIA ESTÉBANEZ, Madrid, Akal, BL, 1997; MARTIN (ed.), René, *Dicionário cultural da mitologia greco-romana*, Lisboa, Dom Quixote, 1995, p. 206-08; CATROGA, Fernando, *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, FLUC, Estudos, Vol. II, 1991; *ID.*, *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história*, Coimbra, Almedina, 2009; ARCHER, Paulo, *Sentido(s) da utopia*, Tomar, *O contador de histórias*, col. Húmus, 2, 2002, p. 11-64.

[Paulo Archer de Carvalho]

HOMENS LIVRES

«Homens Livres» foi o nome de um efémero movimento informal de intelectuais do Integralismo Lusitano e da Seara Nova, surgido na sequência de um manifesto datado de 16 de novembro de 1923 com o título *Um Crime*, de solidariedade com o maestro Francisco Lacerda, subscrito por 37 personalidades das letras, artes e ciências, das mais diversas tendências doutrinárias e políticas. Algumas delas, com relevo para António Sérgio e Afonso Lopes Vieira, decidem então fundar uma revista comum com o título *Homens Livres* e o subtítulo *Livres das Finanças & dos Partidos*, da qual se viriam a publicar apenas dois números, em 1 e 12 de dezembro de 1923. No editorial do n.º 1, Sérgio, que terá visto aqui o ensejo de relançar o seu propósito de criar uma frente da elite intelectual acima dos partidos, assinalava-lhe o objetivo de afirmação de «uma Ideia Nacional, de uma finalidade portuguesa, anterior e superior às finalidades partidárias». Alguns elementos do grupo teriam mesmo chegado a ponderar a hipótese de recurso a uma ditadura de salvação nacional chefiada por Norton de Matos, não se tendo, porém, chegado a qualquer acordo.

Apesar da adesão de um número significativo de seareiros, o certo é que não há qualquer menção nas páginas da revista *Seara Nova* deste período à constituição deste agrupamento, que terá suscitado a oposição de alguns membros do grupo, provavelmente devido ao seu carácter excessivamente heterogéneo e mesmo contraditório. A participação de Sérgio e Azevedo Gomes no governo de Álvaro de Castro em 18 de dezembro seguinte terá sido a razão imediata da dissolução do grupo, que se formara para combater os políticos, alguns dos quais integravam aquele ministério. Perante as tensões que de imediato se revelarão no seio dos colaboradores da revista, o projeto não subsistiria.

[António Reis]

HOSPITAIS

A história hospitalar portuguesa tem a sua fonte na tradição medieval, fortemente enraizada, de simbiose entre a assistência e a saúde e seus cuidados, bem como no apoio monárquico a estes dois vetores. Desse apoio filantrópico, intimamente ligado à tradição do ideal religioso de ajudar o próximo, olhando pelos pobres e pelos doentes, saíram vários contributos, entre os quais os que foram legados por D. Leonor e D. João II. De facto, como primeiros marcos, o Portugal hospitalar deve a essas personalidades a criação do Hospital Real de Todos os Santos e do Hospital Termal das Caldas da Rainha. Este último foi criado em 1495, por iniciativa de D. Leonor, igualmente responsável pela fundação da primeira Misericórdia, em 1498. Em 1492 tinha começado a construção do Hospital Real de Todos os Santos, o grande edifício de inspiração renascentista idealizado por D. João II, que fez história hospitalar e de ensino médico. Circunstâncias diversas levaram à sua desativação, sendo o hospital transferido, em meios e doentes, na década de 1770, para o edifício de Santo Antão o Novo, então batizado como Hospital Real de São José. O tempo e a falta de espaço foram provocando sucessivos acrescentos hospitalares, sob a designação de Hospital Real de São José e Anexos para, em 1913, oficialmente ser designado por Hospitais Civis de Lisboa. Os hospitais de São Lázaro, Desterro, Arroios (com a designação *D. Amélia* até à implantação da República), D. Estefânia, Capuchos, Santa Marta e Curry Cabral compunham o grupo dos Civis. Ao conjunto HCL ainda hoje mantido na gíria médica, pertenceram grandes clínicos, que trabalhavam em edifícios monásticos adaptados, com exceção do Hospital D. Estefânia, em 1860, criado de raiz para crianças, a par do Hospital Pediátrico Maria Pia, criado em 1882 no Porto. Em Lisboa, no ano de 1906, foi criado o Hospital do Rego (Curry Cabral) para o tratamento de doenças infetocontagiosas. Três anos antes, vocacionado para a venereologia, foi instalado no antigo Convento de Santa Marta o Hospital Hintze Ribeiro. Após a reforma de ensino de 1911, com consequente substituição das Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto pelas Faculdades de Medicina, o Hospital de Santa Marta ficou anexo à Faculdade, com designação e função de Hospital Escolar.